

## Resenha

# Política e Natureza Humana: Uma Resenha

*Paulo J. Krischke*

É raro encontrar um livro de filosofia como este, tão relacionado com a prática política atual. O último livro de Denis Rosenfield (*Filosofia Política e Natureza Humana. Uma Introdução à Filosofia Política*, L PM, Porto Alegre, 1990, 224 pgs.) é teórico no bom sentido da palavra, de remeter a uma reflexão orientada para a prática. Assim, o tema central, da natureza humana, não é abordado (como se poderia talvez imaginar a partir do título do livro) para reabrir as discussões intermináveis acerca do lugar do direito natural, ou de conceitos como "estado de natureza" na história da filosofia e da teoria política. Ao contrário, o autor realiza através do tema uma introdução inovadora ao pensamento e à ação política, que focaliza com prioridade aquela busca de continuidade, certeza e referentes históricos, sempre presente nos atos humanos. Esta busca afeta tanto analistas como ativistas, bem como as relações entre teoria, ideologia e meta-teoria, tão debatidas sempre. Neste sentido, avulta logo o interesse do livro para todos os que se dedicam à ação social e política e ao seu estudo, mormente para os sociólogos e demais cientistas sociais. Pois a abordagem proposta pelo autor traz nova luz e entendimento às alternativas básicas vividas por nossa sociedade no Brasil, bem como às suas diferentes linhas de interpretação e ação. Além disso, o livro apresenta exemplos históricos bem documentados e ilustrativos de como tais alternativas têm sido enfrentadas em outros contextos, através da análise de discursos, de formas de ação social e política, e dos valores e estratégias que os orientam. Finalmente, o livro argumenta de modo inequívoco pela superioridade da "teoria do agir comunicativo" (Habermas, 1987; 1989) sobre outras abordagens e interpretações desses fenômenos. Dai o interesse que desperta esta obra de Rosenfield, por suas múltiplas contribuições.

Mas vejamos alguns destes pontos, na medida do seu aparecimento no livro. A obra divide-se em três partes, sendo a primeira uma compacta mas esclarecedora introdução sobre "a idéia de teodicéia". Esta idéia proporciona o pano de fundo do livro, ao comparar contribuições de Leibniz, Hobbes e Kant, como alternativas secularizadas da herança medieval, de uma referência transcendental à vida humana, calcada na justiça divina. Magnificamente centrado, ao final do último capítulo, nas diferentes interpretações de Hobbes e Kant acerca do dilema ético da narrativa bíblica de Jó, o argumento declara a bifurcação entre as lógicas do "Leviatã" e a do "imperativo categórico" - ou seja, entre a sujeição calculada à dominação política e a busca de uma ética fundada na liberdade e na convicção: "Da confrontação entre estas diferentes abordagens possíveis nascerão as várias maneiras de pensar e apreender o político" (p.43).

A segunda parte do livro ("O Reverso da História") expande, precisa e critica essa herança em termos contemporâneos, desde as toscas concepções de "causação natural" que desembocaram nos totalitarismos, até os relativismos modernos com sua insistência na "irreducibilidade das diferenças" e portanto na impotência da razão. O autor oferece alternativas a estes impasses. Por exemplo, calcado em sua original interpretação de Hegel, propõe: "O reconhecimento, a comum partilha de uma mesma essência humana, coloca-se como uma meta a ser alcançada, funcionando ao mesmo tempo como sua condição, pois exige condições políticas que tornam este processo de argumentação, de exercício da razão, possível" (p.57). Daí que "a cena pública moderna nasce precisamente do questionamento da cena estatal" (p.74). E, "se o ser do homem é a sua liberdade, isto significa que o homem não possui, tampouco ele, nenhuma realidade substancial que o imunize do choque dos seus predicados. Quais dentre eles surgirão e permanecerão no mundo, eis algo que cabe à ação política decidir" (p.76).

Portanto, enquanto recusa os determinismos e relativismos, o autor salienta o caráter deliberativo da política, contra qualquer tipo de teleologia (ou teodicéia), sublinhando em consequência a imprevisibilidade dos processos históricos: "Cada geração, cada época, retoma o seu legado, seja para assumi-lo, seja para transformá-lo" (p.78) "A tentativa de absorção da alteridade e variedade das relações humanas a um conjunto de regras que daria razão a essa diversidade, estabelecendo o seu curso, seria a volta a uma idéia de 'Teodicéia' que ordenaria o fátual segundo uma harmonia preestabelecida" (p.79). Sobre esta base crítica se examinam as noções temporais de progresso, duração, continuidade, derivadas dos ideais medievais de imortalidade, e secularizadas nas noções de soberania dos absolutistas. O posterior argumento utilitário é visto também, como a extensão ao corpo social dos mesmos atributos de perenidade e soberania antes restritos ao "corpo jurídico" da monarquia. A crítica desta autorregulação e de sua contrapartida na dominação política teria sido realizada por Marx, que

no entanto - ao propor uma sociedade transparente, pressuposta pelas contradições do capitalismo - "reata com uma concepção orgânica do tempo cujo processo é dotado de sentido" (p.93). A superação atual destas ilusões repõe para o autor, com inescapável urgência, a questão do espaço público: "A ação política auto-referente pressupõe a ruptura com a idéia de um sentido existente na história, com as diferentes formas de atribuição do absoluto e com o fechamento do espaço público em proveito de uma única voz que pretenda ser a dicção definitiva do que é a realidade e do que deva ser feito" (p.95).

A partir da Revolução Francesa, o autor examina as manifestações que a violência estatal assume na modernidade, suas contradições com os objetivos da Ilustração, da expansão da esfera pública, e finalmente suas consequências nos totalitarismos no século XX (inclusive seus impactos na subjetividade contemporânea, na socialização política, na negação da alteridade, "criminalização do diferente"). Neste contexto, o autor realiza interessante discussão do pensamento de Carl Schmitt e se apoia principalmente na obra de Hannah Arendt para caracterizar as formas degenerativas de "sociabilidade política" peculiares do totalitarismo. Vê nesta sociabilidade degenerada a própria negação dos valores de liberdade da Ilustração, pois aniquilaria a capacidade humana para resistir à dominação e participar na esfera pública, numa verdadeira "infantilização" e apatia diante do poder estatal. O argumento é conclusivo e bem sustentado, teórica e empiricamente, no que concerne ao totalitarismo nazista. No entanto, a relação desse processo degenerativo com as várias formas de autoritarismo, mais difundidas no século XX que o nazi-facismo, não chega a ser estabelecida. A impressão que se tem (assim como da leitura de Hannah Arendt) é que entre o totalitarismo e a esfera pública democrática não há situações nem transições intermediárias - o que nos deixaria incapacitados para entender as transições políticas da década passada na América Latina, por exemplo, ou ainda as atualmente em curso na Europa Oriental (ver o interessante artigo de Adam Przeworski, 1990, sobre as semelhanças entre ambos os tipos de transição).

Na terceira e última parte da obra ("A Historicidade Política do Homem") Roosenfield passa a examinar exemplos cruciais do discurso e da ação política à luz da teoria do "agir comunicativo". Retoma assim os temas do absolutismo, do maquiavelismo, do rousseauismo, e do nacionalismo, como outras tantas combinações de elementos de legitimidade e coerção; de falares "ilocucionários" (intercâmbio de conteúdos sobre uma base comum) e "perlocucionários" (influência unilateral) (Searle); de ações comunicativas (voltadas ao entendimento mútuo) e ações teleológicas (voltadas ao êxito instrumental e estratégico). Por exemplo, numa brilhante discussão da dicotomia proposta por F. Tonnies entre comunidade e sociedade, desvenda o seu fundamento antropológico numa visão tradicional do homem como ser "naturalmente" comunitário, "uma espécie de resgate da estrutura atemporal e comunitária do homem" (p. 172). Compara a seguir esta

abordagem com a de Marx, que teria com ela em comum a crença na "artificialidade" das relações sociais do mundo moderno - ainda que a utopia marxista aponte para o futuro e não para o passado. Daí podermos compreender o sentido perlocucionário com que são utilizados os termos "comunitário" e/ou "comunista" nos discursos contemporâneos, com o intuito de desqualificar, antes que entender, os fenômenos aludidos originalmente por essas noções.

O autor examina também detidamente certos discursos orientadores da Revolução Francesa, como os de Sieyes e Robespierre, que operacionalizam temas acima tratados com respeito a Maquiavel, Rousseau e outros. O que o autor constata nestas falas revolucionárias, é a transformação às vezes sutil, mas também brutal, de temas ilocucionários da legitimidade política, em ações perlocucionárias de estreitamento da esfera pública: "O fundamento dito 'natural' do discurso pretende (...) evitar os escolhos resultantes de uma formulação meramente convencional das relações humanas, na medida em que estaria ao abrigo das incessantes modificações decorrentes da própria ação humana que se coloca como auto-referente (...). Cabe ressaltar que esta 'natureza' não pode jamais ser totalmente desfigurada, pois se trata de um conjunto de normas colocadas no começo - e além - da história (...) A 'morada' da verdadeira natureza humana é postulada como sendo o 'povo', estas pessoas simples e não corrompidas que possuem entre si, de uma maneira inata, a virtude" (p. 192).

As virtudes atribuídas ao povo ou nação deslocam-se pela representação à liderança, que pode assim consumir os seus efeitos perlocucionários: "Ocorre assim uma identificação entre aquele que enuncia os princípios, os encarna e põe em execução, de sorte que o indivíduo Robespierre torna-se símbolo daquilo que ele mesmo faz" (p. 195). "A pressuposição que sustenta este poder de pretensões absolutas é a de considerá-lo subtraído ao tempo, de sorte que ele é investido da faculdade de julgar as coisas do mundo como se não pertencessem a este" (p. 197).

Tal des-secularização da ação política remete ao exame das propostas de "religião civil" encaminhadas por Rousseau e adotadas pela Revolução Francesa, como "a outra face da vontade geral", "de onde surge uma tentação do absoluto, consistente em um sobreinvestimento religioso das instituições que então procuram afirmar-se" (p. 203). "Neste caso, a palavra 'povo' comparece como portadora dos predicados que foram os do rei segundo a doutrina do direito divino ou os da nação em seu sentido moderno" (p. 204). Confrontada com a exigência de racionalidade e deliberação suposta pela "vontade geral", a idéia de "religião civil" persegue o seu inverso, como crença num referente absoluto atribuído às instituições. Segundo o autor, são desse tipo "os paradoxos mesmos da democracia moderna" (p. 207). Independente dos acertos do autor com respeito às heranças do rousseauismo na revolução francesa e nos vários populismos contemporâneos (como por exemplo na esquerda católica

brasileira, cf. Paiva, 1985), cabe indagar se a noção de "religião civil" não comporta uma utilidade heurística mais positiva, e menos subordinada ao viés da "estatolatria" (Ver sobre isto, Gramsci, 1971; Bellah, 1968; ou mesmo Azevedo, 1981, sobre o caso brasileiro).. O ponto aqui sugerido, que aguarda pesquisa e reflexão, é o da necessária interpenetração entre os critérios de racionalidade e deliberação em processos específicos de expansão da esfera pública, por um lado; e os conteúdos simbólico-expressivos das tradições culturais que informam esses critérios e processos históricos, por outro lado. Para colocar o desafio de modo mais positivo, nos termos de uma abordagem do agir comunicativo que enfatize a sua dimensão pragmática - o problema consiste no reconhecimento de referentes normativos que não ocultem, mistifiquem e obstaculizem a participação intercompreensiva na esfera pública, e ao contrário a justifiquem e fundamentem discursiva e motivacionalmente. "Religões civis" certamente existem por toda parte nesta modernidade "politeista" (na acepção de Weber); no mesmo movimento em que deixou de ser "oficial" e vinculada ao Estado a "religião" se expande e floresce desmedidamente no solo da sociedade civil (Cf. Marx, 1975) - desmentindo assim a pretensão monoliticamente racionalista e secularizante do iluminismo. Resta saber, e testar em cada situação concreta, em que medida essa pluralidade de mundos de vida, em que se esfacela a cotidianidade contemporânea, é capaz de assumir a interlocução democrática tornada possível pela expansão da esfera pública (e como condição e fundamento ético para tal expansão).

Ao final do livro, o autor apresenta uma visão sintética e precisa do "agir comunicativo" como "dever ser" ("transcendental" Kantiano) da prática política. Sua leitura de Habermas a partir do "a priori argumentativo" proposto por K. O. Apel como "situação ideal de discurso" enlaça admiravelmente com a linha proposta pelo livro, a partir de Hegel (e Kant) acerca da natureza humana como construção intercompreensiva aberta para o futuro, através do exercício racional da liberdade: "Eis porque a democracia é uma forma de adesão a um discurso baseado na determinação livre do homem por si mesmo, o que quer dizer que as regras políticas democráticas não podem ser reduzidas a regras meramente instrumentais sem caráter normativo" (p. 209) "O agir regrado funda-se assim numa certa idéia do que é o homem como ser político, a norma colocando-se como válida graças a esta relação pública baseada na intersubjetividade" (p. 215). O ponto aqui é que a concepção e a prática democráticas, além de assumirem um conjunto de regras instrumentais à sua efetivação, exigem uma vinculação ético-normativa com a democracia como valor em si - que admitta o direito à diferença, à pluralidade e ao conflito de interesses, opiniões e ideais.

Esta obra apresenta, portanto, contribuições valiosas a todos os que se ocupam dos dilemas e desafios atuais da construção da democracia na América Latina, e particularmente no Brasil. Em lugares onde a esfera pública tem estado historicamente limitada por

drásticos processos de exclusão e tradições culturais discriminatórias, os "paradoxos da democracia moderna" se apresentam de forma marcante, configurando impasses talvez intransponíveis - ou pelo menos problemas recorrentes que ameaçam bloquear os caminhos do futuro. O que se requer, no entanto, são estudos e experiências pontuais sobre os processos de transição à democracia, que nos permitam descartar historicamente, como sugere este belo livro no campo da teoria política, tanto as filosofias da história como as filosofias da consciência legadas pelo passado, que imobilizam o nosso presente com as suas "teleologias" (inclusive no campo das ciências sociais). Para isso, entre outros procedimentos, necessitaremos retomar as propostas do "agir comunicativo" de um ângulo mais operativo e menos "transcendental", como tentamos indicar em outra oportunidade (Krischke, 1990). O livro de Denis Rosenfield nos desafia, e na verdade nos ajuda decisivamente a fazê-lo.

## Referências Bibliográficas

- APPEL, K.O. 1980. "Three Dimensions of Understanding Meaning in Analytic Philosophy: Linguistic Conventions, Intentions and Reference to Things", Philosophy and Social Criticism, 7:115 ss.
- ARENDT, H. 1981. A Condição Humana, Forense-Universitária, Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, T. 1981. A Religião Civil Brasileira. Um Instrumento Político, Vozes, Petrópolis.
- BELLAH, R. N. 1968. The Religious Situation, Beacon Press, Boston.
- GRAMSCI, A. 1971. Selections from the Prison Notebooks, (Org. por Q. Hoare e G. Nowell Smith), International Publishers, New York.
- HABERMAS, J. 1987. Teoria de la Acción Comunicativa, 2 Vols., Taurus, Madrid.
- , 1989. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- KRISCHKE, P. 1990. "Movimentos Sociais e Democratização no Brasil: Necessidades Radicais e Ação Comunicativa", Ciências Sociais Hoje, 8, Cortez/ANPOCS, São Paulo.
- MARX, K. 1975. "On the Jewish Question", Early Writings, (Org. por Q. Hoare), Vintage Books, New York.

- PAIVA, V. 1985. "A Igreja Moderna no Brasil", em V. Paiva (Org.) A Igreja e a Questão Agrária, Loyola, São Paulo.
- PRZEWORSKI, A. 1990. "Atrás da Cortina Rasgada", Jornal do Brasil. Ideias-Ensaios, Ano 1 No. 54, 15 de julho: 1-7.
- SEARLE, J. R. 1970. Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language, Cambridge University Press, London.